

Outras leituras da cidade: *experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República**

*Rodrigo Ribeiro Paziani***

Analisar a reinvenção dos novos espaços urbanos e a impressão de novos sentidos através da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República, mostrando as contradições e as ambigüidades da modernização ribeirão-pretana durante o auge da produção cafeeira e as formas de sociabilidade e de participação da população local. **Palavras-chave:** Urbanização- Ribeirão Preto- População.

Other readings of the city: urban experiences of the common citizens at Ribeirão Preto during the Brazilian First Republic

This article analyzes the recreation of the new spaces and new urban significations in the view of common citizens at Ribeirão Preto during the First Republic, pointing out the contradictions and ambiguities of the modernization process in that city during the best moment of the coffee planting production, also considering the forms of sociability and participation of the local population.

Key Words: Urbanization-Ribeirão Preto- Population.

* Artigo recebido em setembro de 2004 e aprovado para publicação em maio de 2005.

** Graduado e doutor em História pela UNESP – Campus de Franca/SP. Sem filiação institucional. E-mail: rpaziani@yahoo.com.br

Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 175-200

D'Autres lectures de la ville: expériences urbaines de la population en Ribeirão Preto pendant la Première République au Brésil.

Cet article étudie la reinvention des nouveaux espaces et des nouveaux signifiés urbains selon l'impression du peuple de Ribeirão Preto pendant la Première République et cherche montrer les contradictions et les ambiguïtés de la modernisation dans cette ville-là pendant l'apogée de la production du café, aussi que les formes de sociabilité et de participation de la population local.

Mots-Clefs: action d'aménager une ville- Ribeirão Preto- Population.

Os donos do poder concebem o plano da cidade ideal sob o lema positivista da ordem e do progresso. Querem encerrar um ciclo histórico e abrir um outro. Destruir para construir, apagar o passado identificado com o atraso [...] O plano da cidade ideal é a referência para a cidade real. Quantitativamente esta deveria ajustar-se ao valor de qualidade daquela, para atender as demandas das elites. A simetria, porém, se rompe pela ação da 'desordem' dos eventos da cidade real que surgem na cena, mesmo enfrentando os mecanismos de controle oficial¹.

Paradigmas e paradoxos da cidade moderna: Europa e Brasil

Entre a segunda metade do século XIX e início do XX, profundas transformações históricas subverteram as concepções de tempo e espaço e redefiniram os valores culturais do Ocidente. Impulsionado por revoluções políticas e industriais, mas, principalmente, pela *Revolução Científico-Tecnológica*², este período correspondeu à explosão de novos potenciais tecnológicos e científicos, à expansão de mercados de trabalho e de consumo e ao advento de novos ritmos e hábitos sociais – cingidos pelo que Hobsbawm intitulou o *drama do progresso*³ – que arrastou os homens a uma aventura

¹ Renato Cordeiro Gomes, *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 106.

² Nicolau Sevcenko, "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso", pp. 7-48, ____ (Org.), *História da vida privada no Brasil*, República: da Belle Époque à era do rádio, São Paulo, Companhia das letras, 1998, Vol. 3, 724 pp.

³ Eric Hobsbawm, *A era do capital (1848-1875)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10ª ed., 2004, 459 pp.

singular, ao mesmo tempo destruidora e criadora: nela, *ciência, progresso, razão, ordem e civilização* comportavam os paradigmas da modernidade⁴.

Este universo de transformações encontrou significação no sonho de uma *Belle Époque* confiante na crença do progresso e da racionalidade técnica a serviço da remodelação dos espaços urbanos⁵: as intervenções na Paris do Segundo Império, coordenadas pelo prefeito Haussmann e capitaneadas pela burguesia financeira de Napoleão III, seguiam um plano de reforma dos espaços de circulação e sociabilidade na cidade, caracterizado por demolição de casebres, reestruturação da malha viária e dos equipamentos técnicos, embelezamento e arborização das praças centrais, higienização e separação entre espaços públicos e privados⁶.

Contudo, ao passo que capitais, como Paris ou Londres, se tornavam centros de poder do Estado, da riqueza e do cosmopolitismo, outras *idades* – filhas do grande crescimento populacional e da expansão urbana em fins do século XVIII⁷ – formavam a multidão de corpos e *profissões* (empregados de fábricas e do comércio e seus patrões, mulheres da alta sociedade e prostitutas, ricos industriais e miseráveis de toda *sorte*) que expunham a nu as contradições históricas da *Belle Époque* européia, cujas elites viviam num misto de desejo consumista, insegurança, vontade de *progresso* e pavor⁸: a cidade aparecia como o espaço das interações e dos conflitos quotidianos, dos novos gostos e desgostos, despertados pela relação de aventura e perigo em que se tornava a vida moderna⁹.

Se, por um lado, os espaços da ordem, da circulação e do trânsito, idealizados pela elite parisiense ou londrina, exigiam de seus passantes uma

⁴ Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 15.

⁵ Antoine Picon, "Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmanização", p. 67, Heliana Salgueiro (Org.), *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*, São Paulo, Edusp, 2001, 181 pp.

⁶ Leonardo Benévolo, *História da cidade*, São Paulo, Perspectiva, 2ª ed., 1993, pp. 589-595.

⁷ Lewis Mumford, *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*, São Paulo, Martins Fontes, 4ª ed., 1998, p. 386.

⁸ M. Charlot & R. Marx (Orgs.), *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, pp. 61-172. Sobre o desejo da corte londrina de apresentar Londres ao mundo como uma das capitais culturais mais sofisticadas (e não apenas como terra de mercadores), ver Nicolau Sevcmko, "A Vitória-Régia do Tamisa", pp. 4-7, *Caderno Mais!*, Folha de São Paulo, São Paulo, 32 pp., nº 467, 21.01.2001.

⁹ Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar...*, *op. cit.*

sociabilidade fundada na impessoalidade e no individualismo, por outro, a pobreza e a miséria, o crime e a mendicância, a necessidade de sobrevivência e as revoltas populares constituíam as *sombras* indelevelmente irmanadas às *luzes* da razão burguesa¹⁰.

No século XIX, os referenciais imaginários desta modernização urbana viajaram pelo Ocidente. Empenhadas em inserir o país, predominantemente agrícola e rural, no *trem da história* – o que significava estar em sintonia com Paris – as elites brasileiras decidiram implementar projetos de modernização urbana, apropriando-se do modelo *haussmaniano*¹¹.

O sonho de livrar as cidades de seus impasses históricos, iniciado na segunda metade do século XIX, assumiu contornos mais nítidos na Primeira República, quando administradores públicos e comissões higiênico-sanitárias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife tentaram eliminar os vestígios de *barbárie* – identificados aos maus hábitos, à ausência de equipamentos e serviços urbanos regulares, à insalubridade dos portos, à chusma de *vagabundos* e *ociosos*, aos epidêmicos cortiços – impondo medidas autoritárias de intervenção, que previam o *afrancesamento* das áreas centrais e dos costumes de seus habitantes.

No entanto, os ideais elitistas violentos e excludentes, encarnados nas reformas de Pereira Passos/Rodrigues Alves¹², por exemplo, não impediram que novos personagens – trabalhadores pobres e miseráveis, empurrados para os encortiçados morros e outras zonas periféricas – circulassem pelas áreas recém-inauguradas e reinventassem os espaços urbanos da capital federal¹³: os serviços urbanos, os lazeres, os prédios públicos, os bondes elétricos e os embelezamentos no centro passariam a conviver com crimes, mendicância, péssimas condições de higiene, transporte e moradia.

Assim, se a ânsia de *civilizar* o país significava ordenar os espaços e eliminar costumes *arcaicos*, a complexidade do tecido urbano criaria pers-

¹⁰ Jean Starobinsky, *1789: os emblemas da razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, 206 pp.

¹¹ Sandra Jatahy Pesavento, *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999, 393 pp.

¹² Jeffrey Needell, *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, Trad. Celso Nogueira, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 360 pp.

¹³ José Evaldo de Mello Doin, "O *flâneur* maltrapilho: a reinvenção da modernidade pelos excluídos das reformas de Rodrigues Alves/Pereira Passos", *Estudos de História*, v. 1, nº 2, Franca, 1998, pp. 83-91.

pectivas nada confiáveis nas primeiras décadas do século XX, pois marcadas pelas contradições históricas do país. Contudo, a modernização urbana e seus contrastes não estancaram no Rio ou nas demais capitais: seguindo a insaciável saga cafeeira – que alcançara as terras férteis do mítico *Oeste* nas décadas de 1870 e 1880 – os trilhos ferroviários e um abarrotar de homens dismantelaram a paisagem natural e germinaram importantes cidades pelo interior paulista, dentre elas, Ribeirão Preto.

Ribeirão Preto: a Petit Paris do interior paulista

As transformações históricas ocorridas no Brasil entre 1890 e 1930 não podem ser dissociadas da hegemonia nacional, representada pelas atividades ligadas ao café. O aumento da produção cafeeira na pauta de exportações brasileiras, que saltara, de 1830 a 1905, de 18,18% para 75,6%¹⁴, apontava, de um lado, o domínio político-econômico que exerceria o Estado de São Paulo no período e, do outro, a expansão cafeeira pelo território paulista, que impulsionou o nascimento de cidades e a gestação de novos padrões de sociabilidade e de urbanização.

Na torrente de mudanças técnico-científicas globais e de *re-ordenamento* político e institucional no país, as pequenas e acanhadas vilas de Barretos, Franca, Araraquara, Mococa, entre outras, que, durante o Império, passaram quase incólumes para o governo monárquico, viram-se integradas a uma sôfrega modernidade no decorrer da Primeira República, pois atreladas ao universo *rural* e agrícola, representado pelos lucros e pelos espólios da expansão cafeeira:

Essa expansão (cafeeira) estabelece a enorme dianteira das terras do café sobre as outras regiões do país. O mundo do *coffee business* se engalona e sofisticava. Entupida de dinheiro, sua elite quer a todo custo modernizar-se. Aquelas vilazinhas, aqueles lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as *benesses do progresso* e da *civilização*, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa. Rápido crescem e tomam forma de cidades. Centros bafejados pela força da grana que constrói e destrói coisas belas. Admirável mundo novo que mescla

¹⁴ Leôncio Basbaum, *História sincera da República: de 1889 a 1930*, São Paulo, LB, 2ª ed., 1962, p. 115.

sem possibilidades de separação o arcaico e o moderno. Era a *Belle Époque* caipira que tomava conta dos corações e das mentes das cidades do interior paulista¹⁵.

Surgida na esteira de um intenso movimento de homens, formado por oportunos bacharéis, mineiros criadores de gado, cafeicultores derrocados e imigrantes de toda estirpe, Ribeirão Preto¹⁶ alcançou uma posição de destaque no cenário nacional e internacional após a implantação da ferrovia pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1883. Porém, foi entre 1890 e 1920 que a urbe atravessou uma série de transformações urbanas, constituída por objetos técnicos, espaços simbólicos e formas de sociabilidade até então desconhecidas.

Liderada pelos coronéis Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira – chefes políticos do município e membros de uma elite endinheirada e *bandeirante*, que não distinguia limites entre o público e o privado ou entre o urbano e o rural – para quem seus interesses privados eram defendidos por um *corpo* de doutores pelos jornais e pela Câmara Municipal¹⁷, a cidade de Ribeirão Preto, ou melhor, o seu *centro*, foi rapidamente beneficiado com as primeiras redes de água e esgotos e de iluminação elétrica (1898-1900), calçamento e sarjetamento de ruas e a construção de edifícios como o Teatro *Carlos Gomes*, de 1897 (o segundo maior do país, à época), e o Palácio *Rio Branco*, de 1917 (sede da Câmara e Prefeitura).

¹⁵ José Evaldo de Mello Doin, “O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café”, Tese (Livre-Docência – em História), Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, v. 1, 2001, p. 307.

¹⁶ Nascida de uma doação de terras, consequência de uma disputa de venturosos homens das Minas Gerais e dos *Goyazes* vindos a estas bandas nas primeiras décadas do século XIX, para a construção de uma futura capela na vila de São Simão, em novembro de 1845 – notadamente as famílias Dias Campos e Reis Araújo – Ribeirão Preto foi transformada em comarca do município de São Simão em 1856 e em freguesia no ano de 1870. No ano seguinte, foi denominada vila, sendo reconhecida como cidade somente em outubro de 1889, às portas do regime republicano. Local de passagem para as tropas que comercializavam o sal e o ouro das Minas Gerais para o litoral e de um pequeno comércio de gêneros alimentícios, revelou suas potencialidades graças às propagandas disseminadas por Martinho Prado, importante coronel do município que, por volta de 1877, redefiniu o mito da *terra prometida*, apontando a região – possuidora da *terra roxa* para a plantação de café – como a *Canaã* dos novos tempos. Carlos de Almeida Prado Bacellar & Lucila Reis Brioschi (Orgs.), *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1999, pp. 76-77.

¹⁷ Rodrigo Ribeiro Paziani, “Construindo a *Petit Paris*: Joaquim Macedo Bittencourt e a *Belle Époque* em Ribeirão Preto (1911-1920)”, Tese (Doutorado – História), FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004, pp. 124-126.

Seguindo a roda da fortuna cafeeira, os imigrantes que ocupavam a cidade estabeleciam-se nas mais variadas atividades urbanas: fosse no comércio e na indústria, fosse na construção civil (os *capomastri* e os *muratori*), fosse ainda nos cinemas e nos cassinos (e as atrações teatrais), eles participaram ativamente da modernização da paisagem cidadina¹⁸.

Tão rapidamente incrementada de signos urbanos e ancorada na riqueza agrícola do *coffee business*, Ribeirão Preto era passagem obrigatória de ilustres autoridades políticas brasileiras e estrangeiras, de escritores e artistas renomados, de companhias de óperas ou mesmo de simples viajantes que se entusiasmavam com os *progressos* da cidade. Ao longo de sua história republicana, ela recebeu várias denominações dos visitantes que por aqui aportavam: *Canaã Paulista*, *Califórnia do Café*, *Pais do Café*, *Eldorado*, *Capital D'Oeste*, etc. Mas nada que se comparasse ao título de *Petit Paris* da zona mogiana¹⁹.

Os populares²⁰: participação e reinvenção da experiência urbana ribeirão-pretana

Se os membros da elite cafeeira ribeirão-pretana procuravam enfatizar pela imprensa nacional as *modernas* imagens da cidade²¹, não menos intri-

¹⁸ No comércio, podemos citar o português José Manoel Mendes (mais conhecido como *O Queima*, graças às queimas de estoques de sua loja); na indústria, destacaremos a família Bertoldi (bebidas) e Innechi (alimentícios); na construção civil, o italiano Giacomo di Giacomo e o português Vicente Vigário e, no entretenimento, o francês François Cassoulet (arrendatários dos cinemas e dos cassinos da cidade).

¹⁹ "Ribeirão Preto, a cidade mágica, a pérola d'Oeste Paulista, a **petit Paris**, como a cognominam os viajantes da zona Mogiana [...]". Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto), *Diário da Manhã*, Ano XI, jan/jun 1909.

²⁰ Geneviève Bollème, *O povo por escrito*, São Paulo, Martins Fontes, 1988, 243 pp. Segundo Bollème, a palavra *popular* é carregada de ambigüidade: isto porque ela pode designar, ao mesmo tempo, algo comum, generalizado e impessoal (confundindo-se com a idéia de Estado ou nação) ou um caráter circunstancial, pontual e personificador (confundindo-se com a idéia de indivíduo ou pessoa). Tentando evitar esta armadilha semântica, os *populares* não serão identificados somente com os pobres ou os excluídos da cidade. Muito pelo contrário: embora não integrassem o universo da elite ribeirão-pretana (grandes proprietários, médicos, advogados, grandes comerciantes), eles participavam da modernização urbana, reinventando o uso dos espaços de circulação e deleite da elite.

²¹ "Cortada de belas ruas e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordadas de construções particulares e estabelecimentos de comércio, fortemente iluminada a eletricidade e com abundante serviço de água potável, Ribeirão Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortável material da vida, e de todos os prazeres da civilização moderna [...] os teatros, os cinemas, os concertos públicos, as *brasseries* e os restaurantes, contentam os prazeres

gante eram as diferentes *leituras* ou, como diz Calvino, as *idades invisíveis* que se misturavam na trama enovelada da vida urbana. Isto porque, à medida que Ribeirão Preto se expandia, outras personagens ocupavam suas ruas e largos em busca de riquezas, oportunidades de emprego e novos empreendimentos²² e exigiam das autoridades municipais a extensão dos melhoramentos urbanos a suas áreas de moradia.

Primeiramente, o processo de modernização urbana correspondia aos interesses políticos e financeiros das lideranças municipais e das empresas de serviços públicos, ávidas por implantar na recente urbe uma infra-estrutura urbana (redes de água, luz, esgoto, telefone; bancos e casas comissárias; hotéis e cassinos), voltada para as demandas nacionais e internacionais da atividade cafeeira. Mas o crescimento relativo de sua população – que, em 1912, alcançava os 20.000 habitantes no perímetro urbano²³ – e o arrastar de homens e mulheres atraídos pelo mito *canaaneano*, acabaram redefinindo o perfil ideal que a elite desejava instituir.

Apropriando-se do método haussmaniano de organização do espaço urbano, a elite ribeirão-pretana concebia as rendas imobiliárias de acordo com o grau de concentração no seu entorno central e com a expansão dos nascentes bairros²⁴. Por sua vez, as constantes crises de infra-estrutura e a

da vida noturna da movimentada capital do Oeste Paulista”. Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto); Martinho Botelho, *Brazil Magazine*: revista periódica e ilustrada d’arte e actualidades, Rio de Janeiro, ano V, nº 57, ago 1911, p. 30.

²² Veja este requerimento à Câmara, de 05.03.1909: “Requerimento do Sr. Carlos Fraga, pedindo concessão para montar, na praça 15 de Novembro, desta cidade, um estabelecimento para fornecer ao publico, bebidas, sorvetes, etc., propondo-se a construir um coreto de forma elegante e moderna no centro do jardim [...] Tendo a Comissão de Obras se manifestado favorável a concessão, foi o requerimento submettido á discussão e unanimemente approved”. Câmara Municipal (Ribeirão Preto), *Atas da Câmara*, Microfilmado, rolo 58-A, flash 04, nº 9, 1907-1912.

²³ Segundo o recenseamento do Município, no ano de 1912, temos os seguintes dados: População total do Município: 56.810 habitantes – 17.599 na área urbana, 1.012 nas áreas suburbanas e 36.949 na área rural. Câmara Municipal, (Ribeirão Preto) *Atas da Câmara*, Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº 19, 1912-1917.

²⁴ “[...] A forma da cidade é a que torna máxima a renda imobiliária urbana, isto é, a mais rica de diferenças (um centro mais denso e uma periferia mais rala, dividida em setores de caráter diverso), mesmo que resulte ser ineficiente e dispendiosa. O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque os aparelhamentos públicos – ruas, instalações, serviços – são sempre insuficientes, ao passo que a exploração dos terrenos particulares alcança ou supera os máximos fixados pelos regulamentos [...] de fato, as dificuldades da vida urbana oneram de modo mais pesado as classes mais fracas, e a cidade se torna um grande aparato discriminante, que confirma o domínio das classes mais fortes [...]”. Benévolo, *op. cit.*, p. 589.

deficiência de medidas eficazes assumiam um aspecto mais amplo, não poupando sequer os moradores do centro. Os periódicos da época retratavam esta paisagem:

‘Falta d’água’: Reclamam diversos moradores da parte alta da rua Amador Bueno que nestas últimas noites, de oito horas em diante, sentem-se privados deste precioso líquido.

Do digno Sr. Gerente da Empresa esperamos se dignará atender tão justa reclamação²⁵.

‘Reclamação’: Diversos moradores do bairro do Barracão pedem-nos reclamemos atenção a quem de direito para o verdadeiro estado de abandono em que se acha parte do Município. Nas ruas o mato e capim bravo cresceram a ponto de atingir à altura dum homem; o trânsito está quase impraticável devido também ao péssimo estado das mesmas cheias de buraco²⁶.

‘Lâmpada apagada’: Os moradores da rua General Osório, esquina da S. João pedem-nos que sirvamos de seu porta-voz para reclamar da Empresa de Força e Luz que jaz uma lâmpada naquelas alturas²⁷.

Formados por imigrantes – respectivamente, italianos, portugueses e espanhóis – e migrantes de vários estados – sob o predomínio de mineiros, fluminenses e baianos – os habitantes experimentavam a cidade reinventando, segundo suas formas de sociabilidade, os anseios da elite, ora tecendo relações sociais de aproximação e distanciamento com as autoridades municipais, ora consumindo as novas idéias e mercadorias trazidas pelas estradas de ferro.

Tão ou mais sensibilizados pelos *progressos* da cidade quanto os homens das capitais, os populares ribeirão-pretanos ocupavam variados lugares e profissões²⁸. Privilegiados pela posição político-econômica do municí-

²⁵ Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto), *Diário da Manhã*. Ano XII, 1909.

²⁶ *Ibidem*, Ano XVII, 1914.

²⁷ Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *A Cidade*, Ribeirão Preto, Ano XI, jan/jun 1915.

²⁸ Segundo o *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto* de 1913, os habitantes da cidade são identificados de duas maneiras: 1) *geográfica* e 2) *profissional*: 1) são moradores dos nascentes bairros (Vila Tibério, Barracão, Vila República) e da parte baixa do centro; 2) ocupam as atividades de barbeiros, farmacêuticos, vendedores, trabalhadores das fábricas de cerveja e massas, alfaiates, jornaleiros, artesãos, marceneiros, entre outras. Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto), *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*, Sá, Manaia & Cia., 1913, pp. 41-51. Poderíamos acrescentar ainda uma terceira forma, a *marginal*: são pobres e miseráveis de toda laia (mendigos, criminosos, prostitutas) a circular dia e noite pelas ruas da cidade.

pio ao longo da Primeira República, eles podiam *saturar* seus olhares, embasbacar-se com o estilo arquitetônico dos teatros ou esperar na estação ferroviária pela chegada de artistas como Clara Weiss e Clara Della Guardia, ou simplesmente aproveitar o *corre-corre* de ofertas nos principais estabelecimentos comerciais.

As *estratégias* destes populares para valorizar suas respectivas profissões e atingir uma gama maior de consumidores eram possibilitadas pela inserção de anúncios nas páginas dos jornais locais. A corriqueira utilização dos anúncios e os efeitos *publicitários* por eles produzidos no interior da sociedade refletiam um *progresso cultural* nos centros urbanos do país, na passagem do Império para a República, pois, como afirmou Gilberto Freyre, “[...] através deles, se fez sentir a presença ou participação na vida nacional brasileira de elementos que o avanço da alfabetização, por um lado, e o da técnica da imprensa, por outro, dotaram de meios de expressão ou de afirmação social [...]”²⁹.

Com a introdução dos jornais, das revistas e dos almanaques em Ribeirão Preto, seguiu-se uma rápida difusão de notícias e produtos locais, nacionais e internacionais, que acompanhava o ritmo frenético e global impresso pela economia cafeeira na cidade. O afluxo de pessoas, cada vez mais dispostas a criarem novos serviços ou mesmo somarem-se às profissões já existentes, e as perspectivas de estabelecimento e proveito numa nova urbe, em contraste com as condições adversas e nebulosas de vida em São Paulo ou no Rio, nos tempos de carestia e desemprego, fomentaram, simultaneamente, os contornos míticos atribuídos a Ribeirão Preto e a formação de uma sociedade nascida sob o acicate da riqueza e da luta pela sobrevivência.

Nesta conjuntura, um mercado de trabalho diversificado e competitivo, aliado aos anseios da experiência moderna, revelou uma população familiarizada com os novos meios de comunicação e ciente de que, para conquistar espaços e oportunidades, tornava-se imprescindível construir a própria imagem – num misto de qualificação pessoal e de domínio das técnicas: “Engomadeira moderna, lava-se e engoma-se *com ferro elétrico*, colarinhos, camisas, roupas de senhoras, etc.”³⁰.

²⁹ Gilberto Freyre, *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*, Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5ª ed., 2000, p. 393.

³⁰ Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano XII, 1916. Três anos depois, um outro anúncio intitulado “Lavadeira e engomadeira” informava: “Pessoa

Outras leituras da cidade: *experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República*

Os estabelecimentos comerciais, importadores de referências parisienses – presentes, inclusive, nos seus nomes: *Au Louvre*, *Notre Dame de Paris*, *Au Bon Marché* – anunciavam nos mesmos jornais propostas de emprego, produtos e liquidações. Dias de promoção ou inauguração – como fez no início do século XX a livraria e tipografia *Casa Selles* – arrastavam as pessoas até as proximidades do estabelecimento e comprovavam o fascínio exercido pelas novas experiências entre as camadas populares.

Se não consumiam diretamente as mercadorias vendidas pelas lojas – fosse pelo baixo poder aquisitivo, fosse pela baixa qualidade dos produtos – elas eram diariamente *iludidas* a desejar as *baratíssimas* novidades em circulação no mercado interno. Veja-se, por exemplo, este anúncio da *Casa Primavera*, no jornal *A Cidade*, em 21.06.1916:

ATENÇÃO

Diálogo entre a Crise e a 'Casa Primavera'

A crise: Porque que anuncias tão barato?

Primavera: Realmente vendo mesmo barato; olhe só:

Pó de arroz Jaya caixa 1\$600

Pó de arroz F. Pinaud caixa 2\$000

Pó de arroz Floramy caixa 4\$000 e assim, todos os demais artigos que tenho, vendo ao alcance de qualquer bolsa tais como: armarinhos, fazendas, chapéus, perfumarias etc., etc. mesmo muitíssimo barato. – Verifica só os preços marcados para crer.

Crise: Mas nesta quadra em que tudo está tão caro como podes fazer milagres assim? Não posso admitir que vendas tão em conta!...

Primavera: Vendo e venderei sempre assim barato, por que também compro barato e ganho pouco.

Sabes onde moro? É ali à

RUA GEN. OSÓRIO, 80³¹.

Dividindo seus momentos de lazer, aos sábados, domingos e feriados, com os *janotinhas*, as *senhoritas* e suas *excelentíssimas* famílias, a população saía de seus respectivos bairros (Vila Tibério, Barracão, zona baixa do centro, etc.) ora para *flanar* pela Praça *XV de Novembro* e sentar em seus ban-

muito habilitada, encarrega-se de lavar e engomar roupas de senhoras, homens e crianças, mediante preços módicos – Garante o trabalho. Recados para a Rua General Osório, 171". Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *A Cidade*. Ribeirão Preto, Ano XIV, mai/ago 1919.

³¹ *A Cidade* (1916), *op. cit.*

cos, ora dirigia-se aos botequins e às casas de jogos (de cartas, muito disseminados na cidade), ora ainda vadiava pelas ruas centrais.

Os Códigos de Posturas, na tentativa de organizar a vida urbana da cidade, impunham uma série de medidas *civilizatórias*: aos moradores eram estipulados horários de circulação pelas vias públicas; aos comerciantes, horários de abertura e fechamento de seus estabelecimentos; aos vagabundos, embriagados e desordeiros de todo naípe, multas e noites no *xadrez*.

No entanto, as ambigüidades inerentes ao processo de modernização transformavam-se na mola-mestra de uma miríade de ações e comportamentos. Cada veto, cada atenuação de comportamentos *imorais* pelas autoridades e pelos próprios habitantes coexistia com seu oposto, a ausência de *civilidade* e *polidez*, que emprestavam a Ribeirão Preto contornos de uma pequena *metrópole*:

‘Uma reclamação justa’: “Recebemos ontem uma carta de pessoa que se oculta sob o pseudônimo de ‘Morfeu’, pedindo a intervenção desta folha em um assunto palpitante.

Os primeiros tópicos dessa missiva claramente exprimem o objetivo do seu autor: ‘Sr. Redator:

Com a exuberante invasão de automóveis, a cidade de Ribeirão Preto está tomando um tétrico aspecto de cidade infernal!

De dia já não pode atravessar tranqüilo as ruas que se cruzam sem a gente se persignar cautelosamente para afugentar o canhoto, representado na figura tenebrosa de um desses mastodontes de transporte.

E de noite, então? A velocidade é dobrada; e lá pelas tantas da madrugada as famílias são acordadas em sobressalto com a passagem desses espalha-mortes que levam no bojo diversas mulheres da vida airada, encarapintadas ao colo de rapazes da dita, numa barulhenta pagodeira de bordel barato!

É a caravana macabra da prostituição tripudiando sobre o sossego da cidade e sobre a paz das famílias!’

A carta continua a comentar a imoralidade dessas passeitas (sic) noturnas perturbadoras do silêncio, ofensivas do decoro social.

E termina da maneira seguinte:

‘Tenha dó de nós, Sr. Redator, abra uma campanha contra os prostíbulos noturnos que anda correndo pela cidade às horas mortas, no regaço desses malditos automóveis!!!

Deus há de abençoar sua bela pena se ela conseguir despertar a Polícia e a Prefeitura para esta obra de regeneração dos costumes maus!’

Ninguém poderá negar carradas de razão ao missivista. O automóvel, esses veículo que simboliza a última palavra do progresso da locomoção urbana, presta-se entretanto a esse papel lamentável de cúmplice de orgias e debo-

Outras leituras da cidade: *experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República*

ches, em vertiginosas e inomináveis excursões onde os gritos lúbricos se alternam com os gritos roncados da buzina.

Esse 'corso' censurável é, em Ribeirão Preto, uma coisa já regular, matemática. Ainda anteontem, à uma hora da manhã, passaram pela nossa redação nada menos de sete automóveis, preenchendo as condições citadas pelo nosso reclamante 'Morfeu'.

Esse préstimo da lucricidade (sic) atordoava os ares e nos atordoava os ouvidos. Ora, será admissível, numa *cidade civilizada* (grifo nosso), um tal abuso, uma tão indecorosa exibição?

Respondam as nossas autoridades.

Sem uma severa repressão, essas primeiras sortidas notívagas irão em acréscimo e dentro de em pouco tempo quem quiser dormir em Ribeirão Preto... irá morar em Brodósqui ou Santa Cruz das Posses.

Quanto ao tráfego diurno dos automóveis, já por muitas vezes temos reclamado. O noticiário, cheio de incidentes e desastres quotidianos, é bem eloquente. A prefeitura mantém um fiscal de veículos. A prefeitura exige exame de habilitação para conceder as cartas de 'chauffeur'. Qual o efeito dessas medidas e providências?

Parece, até agora, nenhum.

Fica, portanto, um derradeiro apelo. Que as autoridades policiais e municipais voltem as suas visitas para as correrias diurnas e noturnas desses 'espalha-mortes', como diz o nosso missivista³².

A vida cotidiana, cercada de fatos corriqueiros e burburinhos diários, ao mesmo tempo que alimentava o imaginário de ilustres visitantes e membros da elite cafeeira, ameaçava romper com a *ordem* e o *progresso*, ao traduzir-se em cenário de conflitos, acidentes, mendicância e prostituição.

Nesta perspectiva, os setores populares representavam, simultaneamente, o *arcaico* e o *moderno*, personagens que reinventavam e embaralhavam os sentidos da modernidade *desejada*. Desmistificavam a *cidade ideal*, apresentando uma *outra*, mais movente, que contracenava com os belos edifícios e as praças ajardinadas, alardeadas pela imprensa:

'Agressão sem nome – Um preto agride a facadas e bordoadas um mendigo de 89 anos':

O mendigo Custódio Lopes da Silva, de 89 anos de idade, foi agredido ontem à tarde na rua Visconde de Inhaúma, nas proximidades da linha de Tiro, pelo preto Benedito de tal, que lhe vibrou uma facada no ventre e várias bordoadas na cabeça e nos braços.

³² Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto), *Diário da Manhã*, Ano XVI, jan/jun 1913.

A vítima foi transportada para a Santa Casa de Misericórdia, em estado gravíssimo³³.

‘Caftinagem’: Já por mais de uma vez nos teem (sic) chegada vagas notícias de que há nesta cidade quem se entregue ao torpe mister da caftinagem, sem que todavia pudéssemos apurar o que havia de verdadeiro.

Ontem recebemos uma denúncia escrita no mesmo sentido, que nos obriga a chamar a atenção da polícia para que investigue o que possa haver a respeito e mova guerra sem tréguas a todo ser abjeto que assim procure aumentar e servir à corrupção social³⁴.

‘Desastre de automóvel’: Ontem, às 16 horas, o auto nº 28, dirigido por Matheus de Oliveira vinha do ‘Portão Vermelho’ em grande velocidade, conduzindo o sr. Cícero Martins Brandão.

Devido talvez à imperícia de Matheus, que não é o ‘chaffeur’ da máquina, sendo que estaria aboletado juntamente com ele, o veículo foi de encontro a um poste para diante o sr. Cícero Brandão, que ficou ferido nas pernas, nos braços e no rosto.

O automóvel está bastante estragado³⁵.

‘Uma desordeira célebre’: Já se não pode precisar quantas vezes a Benedita Maria de Jesus tem sido conduzida à cadeia com a nota de desordeira. Ainda ontem encontramos o seu nome no rol dos recolhidos na véspera. Que mulherzinha!³⁶

No roldão dos milhões de sacas de café negociados entre os grandes coronéis do município, o governo federal e estadual – instâncias públicas à serviço de seus interesses privados – e os principais agentes financiadores no exterior – banqueiros ingleses, franceses e norte-americanos – Ribeirão Preto estreitava seus laços com as sociedades de consumo dos séculos XIX e XX: os cinemas e os teatros, os corsos e os cassinos, as *soirées* e os bailes, enfim, uma forte rede de sociabilidades se estabelecia em torno do *coffee business* e alterava sintomaticamente o cotidiano do ribeirão-pretano – mesmo que existissem, para isso, regras de inclusão social³⁷.

³³ *Diário da Manhã* (1913), *op. cit.*

³⁴ *A Cidade* (1916), *op. cit.*

³⁵ *Diário da Manhã* (1914), *op. cit.*

³⁶ Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *A Cidade*, Ribeirão Preto, Ano IX, jan/jun 1913.

³⁷ Vejam, a título de exemplificação, de que forma ocorria a rápida disseminação do cinema pelo interior paulista: “[...] A princípio eram exibidos em palacetes, clubes e salões da elite. Faziam parte da bagagem obrigatória das companhias teatrais e eram exibidos como parte

Outras leituras da cidade: *experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República*

Para alguns, inclusive, a capital não era São Paulo. Uma curiosa crônica do escritor Antônio de Alcântara Machado no *Jornal do Commercio*, datada de 11 de setembro de 1924, apresentava uma *outra* capital – nada metropolitana – e uma população avessa aos hábitos modernos. Embora seja marcada por uma postura relativamente conservadora, a crônica ironizava a *mania de grandeza* do homem da capital. Aos olhos de Alcântara Machado – que tentavam esconder seu orgulho pela cidade – São Paulo era uma terra de *jecas*:

Nesta boa e leal cidade de S. Paulo de Piratininga levantam-se, de tempos em tempos, discussões simplesmente impagáveis...

Elas giram em torno de pretensos problemas urbanos e quase todas elas são fruto do nosso provincianismo incorrigível.

Veja-se por exemplo a gravidade com que certa gente fala, discursa e escreve sobre o palpitante problema do descongestionamento da cidade, a qual, na opinião desses cavalheiros, não pode mais comportar o formidável número de pedestres e veículos que a cruzam em todos sentidos e a todos os momentos, à custa de empurrões e de choques (...).

É curioso. São Paulo tem uma área igual à de Paris. Paris possui cinco milhões de habitantes, talvez mais. São Paulo tem setecentos mil, talvez menos. E ainda há quem discuta a sério a maneira mais fácil de livrar a cidade da inflação provocada pela sua circulação incomparável (...).

É curioso e risível.

Em São Paulo, não se enxerga viva alma nas ruas. O Paulista não sai de casa, e esse seu retraimento já foi comentado e explicado inúmeras vezes. A não ser em certos dias, chamados elegantes, e nesses ainda das quatro às seis horas da tarde e no pequenino trecho da rua Direita que vai da praça do Patriarca à rua Quinze tão somente, o Triângulo tem um movimento apenas sofrível, que se deve a um ou outro Ford que passa, a um ou outro vendedor de jornais que corre...

Há problemas muito mais sérios e muito mais urgentes que reclamam neste momento a nossa atenção: o do povoamento, por exemplo (...)³⁸.

integrante dos espetáculos oferecidos nas tournées programadas para a hinterlândia. Rapidamente tornam-se híbridos templos de Febo-Apolo. Em pouco tempo, melhor dizendo, em alguns meses, corações e mentes acostumam-se com a nova denominação das velhas casas de espetáculo: Cine-Teatro! [...] Espaços mais democráticos onde os remediados e até mesmo os de mais parcos recursos tinham assento, não deixavam entretanto de dar sua valiosa contribuição como representação do fosso social que seguia impávido [...] paletó e gravata era exigência mínima para os homens". Doin, *Capitalismo bucareiro...*, *op. cit.*, p. 318.

³⁸ Antônio de Alcântara Machado, *Obras*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, v. 1, 1983, p. 98. Crônica publicada em 11.09.1924 no *Jornal do Comércio* (RJ).

As promessas de riqueza e oportunidade fáceis, de opulência e ascensão social – características do mito *canaaneano* assumido pela cidade, graças à hegemonia mundial do café – atraíam um sem-número de homens para Ribeirão Preto (e outras urbes do interior), que circulavam ou mesmo estabeleciam residência na cidade, na ânsia de conquistar espaços e tornar-se um novo rico.

Alguns se enriqueceram e integraram a elite, como Pascoal Innechi, que aportara nestas plagas nos primeiros anos do século XX e se tornara um grande empresário nos ramos comercial e industrial, especializando-se na fabricação de massas, na década de 1920. Quarto Bertoldi, sensível ao clima quente da região, iniciou a produção de bebidas (cervejaria) no final do século XIX, que, em algumas décadas, traria fama àquele italiano e se transformaria, como até hoje o é, numa referência simbólica nacional e produto de grande consumo na cidade³⁹.

Contudo, as fortunas acumuladas e as possibilidades de construir um futuro seguro se evaporavam em poucos anos e, para a maioria da população, estes horizontes forçavam muitas pessoas a sobreviverem do banditismo, dos pequenos crimes e de negócios inescrupulosos. No Brasil republicano, as chances de ascensão e sobrevivência existiam na mesma medida da astúcia e da charlatanice generalizada. Os *de cima* roubavam os cofres públicos e fraudavam eleições; os *de baixo* conquistavam a rua: nela reinventavam ordens e papéis sociais e exploravam a ingenuidade dos passantes⁴⁰.

Embora a maior parte da população ribeirão-pretana fosse pobre – residindo em zonas suburbanas, quase rurais, como o bairro do Tanquinho ou as chácaras do bairro Santa Cruz do Jacques – e vivesse de pequenas profissões (vendedor ambulante ou carroceiro) ou do emprego em fábricas, a vida

³⁹ Rubem Cione, *História de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, Legis Summa, 2º vol., 1992, pp. 126-411.

⁴⁰ “O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. Aquelas calças do cigano, deram-lhas ou apanhou-as ele no monturo, mas como o cigano não faz outra coisa na sua vida senão vender calças velhas e anéis de plaqué, aí tens tu uma profissão da miséria, ou se quiseres, da malandrice – que é sempre a pior das misérias. Muito pobre diabo por aí pelas praças parece sem ofício, sem ocupações. Entretanto, coitados! O ofício, as ocupações, não lhes faltam, e honestos, trabalhosos, inglórios, exigindo faro de cães e a argúcia dos repórteres”. João do Rio, *A alma encantadora das ruas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 90.

fácil da vadiagem, das jogatinas, da prostituição e dos assaltos *varria a contrapelo* a sonhada ordem pública e expunha a nu as mazelas e os infortúnios dos que, mesmo desiludidos com as chances de encontrar um *lugar* na cidade, se viam tentados a realizar atos ilegais como um *direito* de viver nela⁴¹.

Os administradores públicos, às voltas com cenas *desagradáveis*, procuravam fortalecer as autoridades policiais. Estas, sempre solícitas, saíam à cata de *gatunos* e *vagabundos*, *pierrrots* e *caftens*. Mas numa sociedade movediça, como a ribeirão-pretana, onde a astúcia, a desordem e a petulância eram as *sombras* da própria civilidade, restavam aos importunados criticar o clima de imoralidade pública e licenciosidade e fazer apelos aos *poderes competentes*:

‘Os gatunos estão em cena’: Os srs. amigos do alheio vão pondo as manguinhas de fora. Do descanso que deram, obrigados pela perseguição que lhes moveu a autoridade policial, voltam eles ao indigno trabalho de lesar o próximo. Desta feita, felizmente, os tais estão se contentando com pouco, apenas com o que encontram pelos quintais.

Assim é que anteontem penetraram eles em diversos quintais da rua General Osório, mas como fossem pressentidos pelos moradores fugiram sem nada levar. Tendo conhecimento do fato, a polícia foi destacar uma praça para o policiamento do quarteirão visitado, anteontem.

Essa praça, parece, não ficou lá o tempo que devia ficar e retirou-se muito cedo e os gatunos aproveitando-se disso, voltando à carga. Foram aos quintais das casas ns. 132 e 134 onde moram, respectivamente, Angelina Rodnoni e Philomena Martucci e surrupiaram regular quantidade de roupas e alguns outros objetos de pouco valor⁴².

‘Escravidão branca?’: Chegou ao nosso conhecimento a notícia de uma transação ilegal e desumana, que, a ser verdadeira, como no-lo afirmaram, reclama as mais enérgicas providências por parte da autoridade competente. Uma artista do Cassino adquiriu por 200\$000 uma criança do sexo feminino com dois anos presumíveis de idade.

A desnaturada mãe vendeu a própria filha, pretextando ser extremamente pobre; mas o que nos consta é que ela pretendia assim ver-se livre de um encargo para, sem peias, se entregar a prostituição.⁴³

‘Perseguição ao jogo’: A polícia deu uma busca durante a noite de anteontem em uma casa de tavolagem à rua General Osório, prendendo diversos indiví-

⁴¹ June Hahner, *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*, Brasília, Ed. Unb, 1993, 428 pp.

⁴² *A Cidade* (1913), *op. cit.*

⁴³ *Idem* (1915), *op. cit.*

duos que se encontravam jogando e apreendendo todos os utensílios de jogo. Mais tarde foram soltos todos aqueles que pagaram a multa que lhes foi imposta, conservando-se detidos os que ainda não pagaram.⁴⁴

Os vícios e as existências promíscuas, de profundas ressonâncias no Brasil colonial⁴⁵, surgiam e ressurgiam quotidianamente nos lares, nos bares, nas ruas e nos largos de Ribeirão Preto, desmanchando no ar os desejos latentes da elite cafeeira em reduzir a cidade ao *civilizado e confortável* centro.

Podemos presenciar, inclusive, a *malandrice* de pessoas que, empregadas em estabelecimentos comerciais, procuravam arrancar alguma confiança dos proprietários para logo depois lhes roubar mercadorias ou dinheiro. A trapaça e a esperteza sobravam nestas horas e davam a tônica do jogo diário entre os indivíduos. Os mesmos ambulantes que reclamavam da aprovação de impostos e de licenças para transitar pelas ruas e praças eram protagonistas de roubos audaciosos e outros *vícios* urbanos.

Reinventando uma expressão cara ao historiador Nicolau Sevcenko, os *astutos da desordem* estavam sempre dispostos a transgredir os limites idealizados pelas autoridades. Uma vez mais, prostramo-nos diante de um povo marcado por traços de longa duração, que, sem quaisquer direitos de decisão política no município, obtinham suas formas de riqueza roubando ricos comerciantes locais:

O proprietário da Casa Pinho, confiou a Abílio Facci mercadorias no valor de 400\$000 para que este, na qualidade de negociante ambulante, promovesse a venda.

Abílio tomou então rumo de Barretos em cuja zona lhe parecia mais fácil desenvolver os seus negócios.

Com grande surpresa a Casa Pinho soube hontem que Abílio tendo provavelmente vendido as mercadorias, tomou rumo de S. Paulo, com o dinheirinho no pé de meia, sem lhe dar a menor explicação (*A CIDADE*, ano XI, 1915).

O esboroar das *sólidas* imagens da cidade – ilustradas em *magazines* nacionais e internacionais – resultava das ambigüidades tecidas no seio de uma sociedade em que o mito da *terra prometida* vinculava *progresso* com o

⁴⁴ Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *A Cidade*, Ribeirão Preto, Ano XIV, 1918.

⁴⁵ Sobre os “vícios” e as profundas marcas deixadas na sociedade brasileira desde os tempos coloniais (a cultura do roubo, da corrupção política e sexual, da extrema luxúria e pobreza [...]) ler Emmanuel Araújo, *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993, 362 pp.

sucesso rápido e fácil. O dilema histórico do *tu roubas, ele rouba, nós roubamos*⁴⁶ – tão caro aos ricos coronéis, hábeis manejadores de documentos públicos – não apenas sustentava a economia do país como reverberava nas camadas populares em atos ilícitos e astutos de sobrevivência.

Não importava quem fosse o morador, o horário ou quais objetos seriam larapiados das casas; as atividades dos *gatunos* – que não eram poucas – refletiam o estado de pobreza e a ausência de uma ética cidadã, jamais edificada pelos condutores da nossa economia e sociedade. Assim, o interesse imediatista, a negação do trabalho e, principalmente, o degradingolar da *coisa pública* capilarizaram-se nos hábitos da fração pobre de nossa população⁴⁷. Nem sequer o Dr. Joaquim Macedo Bittencourt – então prefeito municipal – fora poupado pelo ataque dos bandidos. Em janeiro de 1913, o *Diário da Manhã* informava aos seus leitores:

‘Os amigos do alheio’: Larápios penetraram na noite de anteontem para ontem no quintal do Sr. Dr. Macedo Bittencourt, prefeito municipal, à rua Cerqueira César (zona central da cidade) furtando grande quantidade de roupas e todos os objetos aproveitáveis que encontravam. Uma limpeza, em regra (...)⁴⁸.

Mas, repetimos, longe de serem meras vítimas das transformações urbanas pelas quais passava Ribeirão Preto, os populares interagiam com os novos tempos segundo as suas próprias *técnicas*. E não apenas isto: a afinidade junto aos meios de imprensa e a vontade de tragar os ares *civilizatórios* possibilitaram a alguns deles criticar hábitos nada polidos de membros da elite local.

Os usos imprudentes e atabalhoados dos automóveis pelas ruas centrais da cidade provocavam, mais e mais, uma cifra considerável de aciden-

⁴⁶ Araújo, *op. cit.*, pp. 283-292.

⁴⁷ “Com efeito, o lubrificante da moeda forte, cunhada ou lastreada em ouro e prata, obtida pelo Estado através de operações de endividamento externo e, no mais das vezes, apropriado privadamente, azeitou não somente o vertiginoso crescimento do complexo agro-exportador cafeeiro, mas a consolidação de uma sociedade profundamente excludente, difusa, ambígua, fragmentária e, por conseguinte, extremamente complexa. Esse extraordinário e fascinante cadinho de experiências reinventa, sempre de forma incompleta ou de fronteiras mal definidas, os jogos da política, os domínios do público e do privado, as marginalizações entre os marginais, novas formas de opressão entre os oprimidos”. Doin, *Capitalismo bucanero...*, *op. cit.*, p. 137.

⁴⁸ *Diário da Manhã* (1913), *op. cit.*

tes para a época. Além disto, o barulho dos motores e o cheiro do combustível expelido pelos escapamentos incomodavam a *tranqüilidade* dos moradores e poluíam o ar. De outro lado, eram freqüentes as cavalgadas pelas vias públicas. Tal cenário, típico de uma “horda selvagem”, era conduzido pelos filhos da elite ribeirão-pretana que, nascidos em fazendas, não conseguiam discernir o rural do urbano, nem o público do privado.

Estes acontecimentos, marcas da transigência de costumes *arcaicos* e *modernos*, foram alvos de reclamações feitas por anônimos aos jornais da cidade, normalmente endereçadas ao prefeito municipal. As reclamações denotavam um comportamento dúbio da população – de envolvimento e de negação em relação aos elementos do *progresso* – e apontavam as novas perspectivas que o habitante começava a experimentar e com as quais passava a conviver diariamente.

Em 19 de janeiro de 1915, o jornal *A Cidade* publicou uma matéria denominada *Com a prefeitura – uma reclamação*, em que aparece o estado de indignação (e de confusão) do anônimo em relação aos automóveis e aos cavaleiros pelas ruas de Ribeirão Preto:

‘Há várias coisas muito erradas nesta formosa urbe, de ruas e avenidas retilíneas, em que o transeunte vive sub tegmine fagi [...] Por hoje basta que indiquemos duas, que estão a pedir uma providência urgente. A primeira diz respeito aos fonfonantes automóveis, que se entrecruzam nas vias públicas, rápidos, envolvidos na nuvem clara de gasolina, o combustível civilizado, de emanações sugestivas. Porque razão os srs. chauffeurs abrem completamente as válvulas de escapamento, ao subirem qualquer declive de rua? É um hábito este que deve desaparecer. Desnecessário como é, tem o gravíssimo inconveniente de azoinar (*sic*) os nossos ouvidos, abafando as vozes dos que conversam ou perturbando o sono dos que descansam (...). E o pior, é que essa zoeira absurda dá uma impressão intolerável de *caipirismo* (grifo nosso), de exibição *rasta*, muito de suprimir-se (...). A segunda coisa é mais recente e não menos detestável. Alguns cavaleiros de nossa *élite* deram para fazer cavalgadas (*sic*) na artéria principal da cidade, que não nos parece o lugar mais apropriado para picadeiro ou arena de mouros e cristãos *tirarem argolinha* (...). Diversos desses cavalarianos apeiam-se ali de uns animais xucros, que ainda estranham (sertanejos que são) os carros, os automóveis e tutti quanti. Conseqüência: os corcéis espantaram-se, deram por paus e por pedras, escapando milagrosamente uma distinta senhora acompanhada de um filho menor de ser brutalmente pisada por um deles.

Outras leituras da cidade: *experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República*

Seria muito conveniente que os guapos cavaleiros fizessem caracolar os seus ginetes em outra zona (...) e, que o sr. Dr. Prefeito aplicasse uma multazinha em tão *destemidos gaúchos*⁴⁹ (grifos meus).

Outras manifestações populares no cenário urbano de Ribeirão Preto resultaram de greves urbanas e rurais, ocorridas na década de 10 do século XX.

Ambas motivadas, no contexto histórico do país, por um ambiente instável e abissal, gerado pela própria economia cafeeira e sua elite condutora: de um lado, os negócios inescrupulosos e altamente rentáveis aos bolsos dos coronéis, nas formas de pomposos empréstimos a bancos estrangeiros – ligados a estes por redes de amizade e comércio exterior – que propiciavam o arrolamento da dívida externa; por outro, consequência dos custos incitados pelos mal-disfarçados atos de irresponsabilidade da elite cafeeira, as duras fases de carestia e de empobrecimento da maior parte da população do país.

O primeiro sinal real de organização de trabalhadores ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante uma série de movimentos políticos, fomentada por órgãos socialistas e anarquistas, que culminou nas duas principais greves do período, em 1917 e 1919. Na capital paulista, por exemplo, elas foram marcadas pela repressão aos manifestantes e pela violência contra os mesmos, impressa pelo então Prefeito Washington Luís, durante a presidência estadual do Dr. Altino Arantes⁵⁰.

Em Ribeirão Preto, as marcas das reivindicações “operárias” foram cercadas de comportamentos dúbios por seus protagonistas. Além do caráter urbano em que foram tratadas e das insatisfações dos colonos nas grandes propriedades espalhadas pelo município e de empregados no comércio e na indústria, em relação a melhores salários, somavam-se os elementos catalisadores da ambígua cultura cafeeira, como os laços de cordialidade e o uso da imagem do imigrante atrelada ao estado de modernização atingido pela cidade.

Nas páginas dos jornais locais, as greves apareciam como signos de *desordem* e *violência* dos grevistas, que impediam as relações *harmoniosas* entre

⁴⁹ *A Cidade* (1915), *op. cit.*

⁵⁰ Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977, 283 pp. Christina da Silva Roquette Lopreato, *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*, São Paulo, Museu da Imigração, 1997, 70 pp.

patrões e empregados. Para desmobilizá-los, as estratégias de poder, semelhantes às presentes em São Paulo, calcavam-se no uso paternalista da estrutura política do país – o apoio da imprensa e o domínio das instâncias legislativas e judiciárias – para coibir a organização dos trabalhadores:

‘A greve’: Os industriais desta cidade solicitaram o auxílio da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto a propósito de greve de operários, para que fossem tomadas medidas garantidoras do trabalho livre dos operários que não acompanharam a atitude de seus companheiros.

A diretoria daquela associação reuniu-se ontem e decidiu não intervir na greve, como intermediária entre patrões e operários, mas apenas constituir advogado para proceder judicialmente contra os grevistas que maltratam os operários que voltam ao trabalho⁵¹.

Embora fossem circunstanciais, as manifestações apontavam a formação caracteristicamente urbana dos personagens ribeirão-pretanos e evidenciavam uma conjuntura histórica – que se fortaleceria ao longo da década de 1920, com as turbulências do mercado internacional – na qual a elite cafeeira veria as *máscaras* da sua *cidade ideal*, ordeira e embelezada, novamente confrontada com *outras* cidades, experimentadas segundo práticas não estabelecidas. E, nos anos de 1930, a derrocada final⁵².

Entretanto, se a análise corroborasse o proposto acima, perderíamos de vista a complexidade dos fenômenos e dos tipos urbanos sustentados pela cultura cafeeira, que constituía um terreno *sui generis* pelo qual o imigrante pertencia, simultaneamente, à elite e aos setores populares da cidade. Era o caso também dos vínculos de afeição e poder entre associação de trabalhadores e ilustres personalidades de Ribeirão Preto. Dois exemplos vão nestas direções.

⁵¹ Diário da Manhã (1909), *op. cit.* “Até hoje à 1 hora da tarde o dr. Sampaio Vidal, secretário da Justiça e da Segurança Pública, não havia recebido nenhuma comunicação sobre a greve dos colonos da fazenda do sr. cel. Francisco Schmidt”. “Greve de colonos”. Arquivo Público e Histórico (Ribeirão Preto), *Diário da Manhã*, Ano XV, jan/jun 1912.

⁵² Warren Dean, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, São Paulo, Difel, 2ª ed., 1975, 269 pp. A partir das décadas de 20 e 30, vê-se em São Paulo a consolidação de uma elite urbano-industrial, dantes forjada na esteira da economia cafeeira, que se autonomiza e cria perspectivas para a formação de uma indústria nacional. Em Ribeirão Preto é diferente: uma atividade comercial e financeira, nascida no bojo do café, se descola deste e se transforma em referencial da cidade até hoje. Junto a elas, aparecem os tempos da construção civil e dos “arranha-céus” (caso do Edifício “Diederichsen”, em Ribeirão Preto, de 1936). Mas o caráter agrícola permaneceu relevante: até os anos 30 e 40 com o próprio café e, nas décadas seguintes, com a cana-de-açúcar.

Uma das principais greves rurais que atingiram grandes propriedades do município ocorreu em 1917 e forçou os coronéis a pedir o auxílio das autoridades estaduais e de cônsules italianos. O maior produtor de café no mundo, o coronel Francisco Schmidt, foi o grande alvo dos manifestantes. A reivindicação dos colonos, tal qual a maioria das pressões realizadas pelos operários em São Paulo ou no Rio, girava em torno de aumento de salários e diminuição do tempo de trabalho⁵³. Segundo eles, e aí há algo de verossímil, os patrões (coronéis) não cumpriam regularmente os contratos e ainda utilizavam a violência de seus capangas (e da força policial) para reprimir motins e desmobilizar greves.

A situação era bastante delicada: chamado às pressas pelo coronel, o embaixador italiano no Brasil, o Dr. Julio Gallo, dirigiu-se à fazenda *Monte Alegre*, principal propriedade de Schmidt, com a missão de abafar e encerrar o conflito. No entanto, o que o coronel viu e ouviu deixou-o transtornado. Contrariado com a postura dos colonos, que não cumpriam os contratos, e irritado com a afirmação do embaixador italiano, segundo a qual se tratava de “uma pobre gente [...] míseros colonos”, Schmidt retrucou:

‘Também eu fui colono. E olhe: o senhor passou pela cidade. Viu aquela florescente aglomeração de casas, rico comércio, indústrias variadas, bancos (...) Tudo de ex-colonos. Eu também fui colono. Não! Os meus colonos e eu cumprimos o contrato!’⁵⁴.

Ou seja, para um ex-colono enriquecido com a atividade cafeeira, como Francisco Schmidt – e que lhe valeu a patente militar concedida pelo presidente Campos Salles e o título mundial de *Rei do Café* – acima das hierarquias e das desigualdades sociais reinava o proeminente papel do imigrante como elemento *civilizador*, promotor do desenvolvimento urbano da cidade e da riqueza agrícola do município. Acima dos conflitos e das crises, enfim, deveria sobrepujar-se o esforço pessoal de cada imigrante no objetivo *comum* de transformar a pequena vila em destacada urbe paulista.

⁵³ Fausto, *op. cit.*, p. 198.

⁵⁴ Renato Jardim, *Reminiscências*, São Paulo, José Olympio, 1946, p. 211. Sobre os conflitos e as resistências dos colonos ante a violência dos coronéis em Ribeirão Preto, ler Maria Angélica Momenso Garcia, *Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920)*, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Amazonas Prod. Calçados S/A, Franca, 1997, 153p.

As tentativas de *harmonização* social, por parte da elite cafeeira, não evitaram a afluência maior de greves e outras formas de contestação dos colonos que, desde o fim do século XIX, acompanhavam o movimento e a organização dos trabalhadores. O próprio desempenho agrícola e a destacada posição que a cidade de Ribeirão Preto adquiriu no início do século XX permitiram aos trabalhadores do município um estreitamento de laços com os da capital, por exemplo, por meio de jornais e folhetins⁵⁵. Ainda assim, prevaleceram as marcas do personalismo e da cordialidade⁵⁶, instrumentos de mando político e prestígio social das elites ribeirão-pretanas.

As redes de sociabilidade e de favor que ligavam os coronéis estendiam seus laços à população ribeirão-pretana. O conhecido domínio político e econômico, marcante na elite cafeeira, transformava-se em meio ativo de conquista e benefício pelos habitantes. Neste ambiente, onde os vínculos pessoais eram critérios de poder e os contornos de *classes* eram muito pouco precisos, restava aos trabalhadores urbanos servirem-se daquelas redes para organizarem suas *sociedades*.

Ora seguiam os movimentos na capital e reivindicavam melhores condições de vida, como aparece nas páginas do jornal *A Cidade*, em 1919⁵⁷; ora aliavam-se e se organizavam em torno da elite. No início de 1913, era fundado o *Centro Operário* pelo padre Euclides Carneiro, no bairro de Vila Tibério (local de grande concentração de trabalhadores de fábricas).

Uma das primeiras iniciativas do padre Euclides – um benemérito entre as elites e os populares – foi aproximar os interesses políticos dos pro-

⁵⁵ "No entanto, tais jornais talvez nem fossem lidos pela maioria dos trabalhadores rurais devido ao número considerável de analfabetos". Garcia, *op. cit.*, p. 129.

⁵⁶ "[...] influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade, há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças". Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 26ª ed., 1997, pp. 146-147.

⁵⁷ A matéria denominava-se "Greve de operários": "Animados pelo exemplo do operariado da capital, declararam-se em greve nesta cidade os operários do Moinho Central, Serraria União, oficinas do Banco Construtor, oficinas da Empresa Força e Luz, Comp. Cervejaria Paulista (*sic*), Delloiagono, Comp. Antártica Paulista (*sic*), Innechchi & Filhos, Bianchi, J. Cantelegghi, Irmãos Vecchi, Barbosa (casa), Luiz Berteli, cortumes (*sic*) Stefani e J. Simões & Cia [...]. Pelo que nos asseguraram (os grevistas), veio de São Paulo um mentor dos paredistas que está dirigindo o movimento". *A Cidade* (1919), *op. cit.*

prietários e o gérmen do movimento operário constituído na cidade. Por meio de palestras ou festas beneficentes, os ilustres membros da sociedade ribeirão-pretana – médicos, advogados, literatos, padres – procuravam estreitar os vínculos de poder e sociabilidade com a população e, em especial, com as associações operárias.

Em 04 de fevereiro de 1913, o Dr. Joaquim Macedo Bittencourt – prefeito municipal e braço político do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira na Câmara – compareceu ao *Centro* para proferir uma palestra sobre o *operariado*. A matéria, divulgada pelo jornal *A Cidade*, não descreveu o que porventura Bittencourt opinou sobre o papel dos operários, preferindo simplesmente enfatizar a sua presença (e de outras personalidades) e a forte impressão causada pelo prefeito junto ao público:

‘Centro Operário’: O sr. dr. Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal, realizou domingo, no Centro Operario, a convite do revmo. Padre Euclides Carneiro, *uma interessante conferência sobre o operariado*.

S. S. chegou ali a 1 hora da tarde, sendo recebido pelo Padre Euclides e outras pessoas. À sua entrada, no salão das conferências, as pessoas que o aguardavam, homens e mulheres, ergueram-se respeitosamente e saudaram-no com uma salva de palmas.

Depois de algumas palavras de apresentação, proferidas pelo professor Manuel Silva, presidente do ‘Centro’, o sr. dr. Macedo começou por agradecer o convite a si feito para aquela palestra, que reputava honrosa, e discorreu inteligentemente sobre o operariado, *sendo por vezes interrompido pelos aplausos da assistência*. Ao terminar, s.s. viu renovados os aplausos a que fizeram jus as *suas bem ponderadas palavras*.

Estava presente à reunião o *sr. dr. Manoel Aureliano de Gusmão, deputado ao Congresso do Estado*⁵⁸ (grifos nossos).

Dois meses depois, o *Diário da Manhã* de 15 de abril daquele mesmo ano, publicava a seguinte nota:

Em sessão anteontem efetuada neste Centro (Operário) para se escolher os paraninfos do estandarte da sociedade, na cerimônia da benção, foram propostos e aceitos para tal fim a exma. sra. d. Ana Villela de Andrade e dr. Joaquim Macedo Bittencourt, os quais, sendo convidados por uma comissão de sócios, aceitaram⁵⁹.

⁵⁸ *A Cidade* (1913), *op. cit.*

⁵⁹ *Diário da Manhã* (1913), *op. cit.*

Isto não impediu que, em 1919, uma greve liderada por trabalhadores do comércio e das incipientes indústrias da cidade, assustasse a sociedade e os colonistas dos jornais: estes, inclusive, associavam a amplitude e as reivindicações dos grevistas à presença de um *mentor* anarquista de São Paulo na direção do movimento em Ribeirão Preto. A curtíssima duração da greve (quatro dias) foi o suficiente para que os patrões atendessem (em parte) às reivindicações dos operários, principalmente a diminuição do tempo de trabalho médio para oito horas.

Enfim, a população ribeirão-pretana associava normas e transgressões, ordem e desordem, progresso e *progressos*: se, por um lado, passava a custar caro às camadas sociais da cidade participar do processo de modernização e dele beneficiar-se, por outro, a intensificação dos dramas diários e a emersão de cenas emblemáticas e cruéis alertavam as autoridades municipais para os perigos e as aventuras de se viver em centros urbanos.

Reclamando por melhoramentos urbanos; participando no competitivo mercado; expressando no cotidiano suas visões críticas da cidade (como vítimas e/ou protagonistas das novas situações); reivindicando melhores condições de trabalho ou ainda ironizando os hábitos nada civilizados da elite ribeirão-pretana: assim eram os populares – indivíduos atraídos pela saga cafeeira em Ribeirão Preto, na Primeira República, que ocupavam o perímetro urbano e experimentavam, a seus modos, os contornos da vida *moderna*.